

CASA PONTE: HABITAÇÃO ASSISTIDA DE AUTONOMIA PROGRESSIVA

CASA PONTE: ASSISTED HOUSING WITH PROGRESSIVE AUTONOMY

Ludmila Machado da Silva

Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
ludmilasilvaarquitetura@gmail.com

Andrea Auad Moreira

Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
andreaauad@ugb.edu.br

Damiana Silva Bastos de Almeida Silva Santos

Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
damianabastosdealmeida@gmail.com

Resumo

O presente artigo aborda a transição para a vida adulta de jovens egressos de serviços de acolhimento institucional que se aproximam da maioridade, momento em que passam pelo desligamento dos sistemas de proteção social. Observa-se que esse processo costuma ocorrer sem suporte adequado para a construção da autonomia, expondo esses jovens a dificuldades relacionadas à moradia, à inserção profissional e à construção de vínculos sociais. A investigação identificou que a ausência de equipamentos habitacionais voltados especificamente a essa transição não se restringe ao Sul Fluminense, configurando uma possível lacuna de âmbito nacional. Diante desse cenário, a pesquisa propõe a Casa Ponte, um equipamento de habitação assistida voltado à autonomia progressiva, implantado em Volta Redonda - RJ e concebido como modelo territorial replicável para outras cidades brasileiras. A proposta articula moradia transitória, suporte socioassistencial e inserção urbana, compreendendo a arquitetura como instrumento de apoio à construção da autonomia. A metodologia adotada baseou-se em levantamento bibliográfico, análise de dados censitários, entrevistas com profissionais da rede socioassistencial, aplicação de questionários e estudo de referências projetuais. Os resultados evidenciaram a necessidade de estruturas intermediárias capazes de promover uma transição gradual para a independência e a construção da autonomia desses jovens.

Palavras-chave

Habitação assistida. Autonomia progressiva. Acolhimento institucional. Arquitetura social. SUAS.

Abstract

This article addresses the transition to adulthood for young people leaving institutional care services as they approach the age of majority—a time when they are discharged from social protection systems. This process often occurs without adequate support for developing autonomy, exposing these young people to difficulties regarding housing, workforce integration, and the formation of social ties. The study identified that the lack of housing facilities specifically designed for this transition is not limited to the Southern Rio de Janeiro region, suggesting a potential nationwide gap. In light of this scenario, the research proposes the *Casa Ponte* (Bridge House), an assisted housing facility aimed at fostering progressive autonomy; implemented in Volta Redonda, Rio de Janeiro, it was conceived as a territorial model replicable in other Brazilian cities. The proposal integrates transitional housing, social support services, and urban integration, viewing architecture as a tool to facilitate the development of autonomy. The methodology employed involved a literature review, analysis of census data, interviews with social service professionals, the administration of questionnaires, and a study of design precedents. The results highlighted the need for intermediate structures capable of fostering a gradual transition toward independence and the development of autonomy for these young people.

Keywords

Supported housing. Progressive autonomy. Institutional care. Social architecture. SUAS.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 13/07/2026
Publicado em 30/08/2026

1 INTRODUÇÃO

A proteção social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade constitui um dos desafios centrais das políticas públicas brasileiras, sobretudo no que se refere à transição para a vida adulta de jovens egressos do acolhimento institucional. Nesse sentido, a afirmação do teólogo e filósofo Dietrich Bonhoeffer de que "o teste de moralidade de uma sociedade é o que ela faz com suas crianças" evidencia a forma como o cuidado destinado às populações mais vulneráveis reflete diretamente os valores estruturais de uma sociedade.

Nesse contexto, a presente pesquisa direciona o olhar especificamente para os adolescentes em acolhimento institucional que se aproximam da maioridade e, conseqüentemente, do desligamento institucional — recorte que se distingue do público acolhido em geral. O acolhimento institucional constitui medida protetiva temporária destinada a situações de vulnerabilidade social, adotada quando o convívio familiar é rompido ou fragilizado; entretanto, observa-se que muitos desses adolescentes permanecem no sistema por longos períodos, sem perspectiva de reintegração familiar ou adoção, até atingirem a maioridade.

Ao atingirem os 18 anos, são desligados do sistema de proteção social, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). O texto legal define a adolescência até os dezoito anos, podendo o atendimento estender-se pontualmente até os vinte e um, conforme o parágrafo único do Art. 2º — limite que determina o desligamento institucional da maioria desses jovens, ainda que muitos deles não estejam plenamente preparados para a vida autônoma.

Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, O processo de desligamento deve ser planejado e gradativo, garantindo à criança e ao adolescente preparação para a autonomia" (BRASIL, 2009).

Estudos empíricos sobre o tema, no entanto, apontam que esse processo costuma ocorrer de forma abrupta e pouco estruturada, deixando os jovens despreparados diante da responsabilidade repentina pela própria vida (VICENTIN et al., 2020). Muitos desses jovens deixam os serviços sem suporte adequado para inserção na vida autônoma, enfrentando dificuldades relacionadas à moradia, inserção profissional e construção de vínculos sociais.

Dados extraídos dos relatórios estatísticos nacionais do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) indicam a existência de mais de 36 mil crianças e adolescentes em acolhimento institucional no país (CNJ; SNA, 2026). Desse total, 5.427 são adolescentes com mais de 16 anos. Enquanto uma parcela desses jovens ainda se encontra em processo de reintegração familiar ou em trâmites judiciais junto à família extensa, 1.057 estão juridicamente disponíveis para adoção. A literatura da área aponta que adolescentes nessa faixa etária enfrentam baixa adesão por parte dos pretendentes habilitados à adoção, que tendem a priorizar crianças de menor idade — fenômeno caracterizado como adoção tardia (SILVA, 2010 apud CARDOSO, [ano a confirmar]) —, o que torna o desligamento institucional por maioridade uma realidade iminente para esse grupo.

Diante desse cenário, a autonomia deve ser compreendida como um processo gradual de construção, e não como uma condição adquirida automaticamente ao completar a maioridade. A literatura da área diferencia projeto de vida — associado a um objetivo específico, como a reintegração familiar ou a adoção — de projeto de autonomia, entendido como processo mais amplo de desenvolvimento de competências para a vida independente (ROCHA; ESTEVES; GALONI, 2024, apud ANTUNES, 2022). É sobre esse segundo eixo, historicamente menos amparado por programas específicos, que a presente pesquisa se debruça. Esses dados evidenciam que, anualmente, um quantitativo expressivo de adolescentes brasileiros aproxima-se da maioridade sem a consolidação de um vínculo familiar substituto e sem suporte habitacional planejado para a vida pós-acolhimento.

A investigação, inicialmente concentrada no Sul Fluminense, revelou que a ausência de equipamentos específicos voltados à habitação assistida para esse público não se restringe à realidade regional. Não foi identificada, no âmbito da pesquisa realizada, uma política pública nacional consolidada voltada especificamente à transição habitacional de jovens egressos do acolhimento institucional, o que aponta para uma possível lacuna de âmbito nacional. Apesar da previsão de serviços de acolhimento em modalidade República no âmbito do SUAS, constata-se, a partir do levantamento efetuado, uma escassez estrutural de políticas públicas de transição habitacional regulamentadas e consolidadas em larga escala, sendo o atendimento a essa demanda suprido, quando existente, por iniciativas não governamentais — como repúblicas mantidas por ONGs — sem previsão de replicabilidade territorial.

Diante desse cenário, este artigo propõe diretrizes arquitetônicas para um modelo de habitação assistida — a Casa Ponte — destinado a jovens egressos do acolhimento institucional, concebido a partir da realidade do Sul Fluminense e estruturado com potencial de replicação em diferentes municípios brasileiros.

A proposta busca criar um espaço intermediário entre o acolhimento institucional e a independência plena, articulando moradia transitória, suporte técnico e inserção urbana. O projeto localiza-se no bairro Aterrado, em Volta Redonda, em uma área com infraestrutura consolidada e acesso facilitado a serviços, transporte e oportunidades de trabalho, fatores considerados fundamentais para o desenvolvimento da autonomia.

Assim, este estudo tem como objetivo desenvolver diretrizes arquitetônicas para uma habitação assistida voltada à transição para a autonomia de jovens egressos do acolhimento institucional, tomando como área de implantação o município de Volta Redonda (RJ). Para tanto, adotou-se abordagem qualitativa, articulando levantamento bibliográfico, análise de dados censitários, entrevistas com profissionais da rede socioassistencial, aplicação de questionários e estudo de referências projetuais, com vistas ao desenvolvimento da autonomia e à reintegração urbana desses jovens.

2 REFERÊNCIAS

2.1 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

A discussão acerca da autonomia de jovens em situação de vulnerabilidade social está diretamente relacionada à forma como o acolhimento institucional é estruturado no Brasil e às condições oferecidas para o processo de transição à vida adulta. Nesse sentido, a pesquisa fundamentou-se principalmente nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes — documentos que permitem compreender a trajetória institucional que antecede a chegada dos jovens à Casa Ponte, ainda que não regulem diretamente seu funcionamento.

Cabe destacar que esses documentos normativos, sobretudo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, dirigem-se especificamente a crianças e adolescentes sob medida protetiva — público sobre o qual o Estado exerce tutela e responsabilidade direta. A Casa Ponte, por sua vez, destina-se a um público que já atingiu a maioridade civil e, portanto, não se enquadra mais na tutela estatal exercida pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Essa distinção é conceitualmente relevante: os parâmetros técnicos e operacionais que regem os serviços de acolhimento institucional — quanto a normas de funcionamento, composição de equipe obrigatória, estrutura física exigida — não se aplicam ao equipamento aqui proposto, uma vez que a Casa Ponte se volta a adultos juridicamente autônomos. Sua concepção arquitetônica está, portanto, sujeita majoritariamente à legislação urbanística e edilícia do município de implantação — como detalhado na análise do terreno —, e não a uma normativa específica de acolhimento infantojuvenil, o que confere à proposta maior liberdade projetual em relação aos modelos tradicionais de abrigamento.

Essa liberdade, entretanto, não significa ausência de qualquer referência normativa. Caso a Casa Ponte venha a ser compreendida como política pública replicável, a modalidade que mais se aproxima de seu funcionamento no âmbito do SUAS é o Serviço de Acolhimento em Repúblicas, voltado a jovens de 18 a 21 anos egressos do acolhimento institucional — previsto também no Projeto de Lei nº 1.118/2022, do Senado Federal, que propõe a criação de serviço de apoio habitacional para essa população (BRASIL, 2022b). É a esse arcabouço legislativo emergente — ainda incipiente e não consolidado, como discutido na introdução — que a proposta dialoga como horizonte de institucionalização futura, sem, contudo, subordinar-se às exigências operacionais previstas para os serviços voltados a menores de idade.

As Orientações Técnicas seguem relevantes, ainda assim, para compreender o problema que a Casa Ponte busca resolver: destacam que:

O processo de desligamento deve ser planejado e gradativo, garantindo à criança e ao adolescente preparação para a autonomia." (BRASIL, 2009, p. 89).

A partir dessa diretriz — pensada para o período que antecede o desligamento —, compreende-se que a autonomia não deveria ocorrer como ruptura abrupta com o sistema de proteção social, mas como processo progressivo. É exatamente a lacuna deixada por esse despreparo, uma vez que o jovem já não está mais sob a tutela do SUAS, que a Casa Ponte se propõe a ocupar — distinção que se aproxima do que a literatura da área caracteriza como projeto de autonomia, em contraposição ao projeto de vida voltado a um objetivo específico (ROCHA; ESTEVES; GALONI, 2024, apud ANTUNES, 2022).

Nesse contexto, a arquitetura passa a assumir papel importante no suporte à construção da autonomia, compreendendo o espaço construído como agente ativo na promoção de pertencimento, convivência e independência — reflexão que orientou o desenvolvimento da proposta da Casa Ponte e a definição das relações entre espaços coletivos, privados e de suporte técnico.

Ademais, recusa-se, nesta pesquisa, uma abordagem projetual que reduza a arquitetura ao mero cumprimento normativo ou à aplicação mecânica de manuais de dimensionamento funcionalista, a exemplo dos parâmetros consagrados por Neufert (2013). Essa recusa é reforçada justamente pela ausência de uma normativa específica de acolhimento vinculante à Casa Ponte: sem parâmetros funcionalistas obrigatórios a seguir, a proposta busca fundamentar suas decisões espaciais em referências pedagógicas e projetuais, e não apenas técnicas. Compreende-se, assim, que a arquitetura voltada à juventude em situação de vulnerabilidade não deve nascer da imposição de regras de controle, mas da criação de lugares capazes de gerar experiência, pertencimento e significado.

2.2 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Como principal referência projetual, foi analisado o Star Apartments, desenvolvido pelo escritório Michael Maltzan Architecture, em Los Angeles, Estados Unidos. O projeto destina-se ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e articula habitação assistida, serviços de apoio e espaços coletivos em uma única estrutura verticalizada. Embora se destine a um público em vulnerabilidade social de forma ampla — e não especificamente a jovens egressos do acolhimento institucional por maioria —, o projeto oferece parâmetros formais, funcionais e programáticos valiosos para a Casa Ponte, servindo de referência tanto para as relações do edifício com a cidade quanto para a definição do programa de necessidades, detalhados a seguir.

A proposta destaca-se principalmente pela integração entre moradia e suporte social, evitando o caráter institucionalizado frequentemente associado a equipamentos assistenciais. O edifício apresenta áreas coletivas destinadas à convivência, atendimento técnico, capacitação e lazer, além de unidades habitacionais compactas voltadas à permanência temporária dos moradores.

Outro aspecto relevante observado no projeto foi a relação estabelecida entre o edifício e a cidade, promovendo integração urbana e acesso facilitado aos serviços e equipamentos públicos do entorno. Sobre a influência dos espaços urbanos nas relações humanas, Jan Gehl afirma que, "Primeiro moldamos as cidades — depois elas nos moldam." (GEHL, 2013, p. 9)

Figura 1: Fachada do Star Apartments, Los Angeles



Fonte: Archello

A reflexão contribuiu para a compreensão da importância da inserção urbana da Casa Ponte, entendendo que a localização, os espaços coletivos e a relação com a cidade influenciam diretamente o desenvolvimento da autonomia e das relações sociais.

Em entrevista sobre o projeto, o arquiteto Michael Maltzan destaca a importância de compreender a arquitetura como suporte à vida cotidiana e não como solução isolada para questões sociais, ao afirmar que:

“O edifício, a arquitetura, tem seus limites. Não pode resolver todos os desafios enfrentados por esses indivíduos, mas pode contribuir muito para permitir e apoiar suas ambições pessoais” (MALTZAN, 2014).

Essa fala reforça a compreensão da arquitetura como ferramenta de apoio à construção da autonomia, ideia que orientou diretamente o desenvolvimento da Casa Ponte. Buscou-se, assim, desenvolver uma proposta que não se limitasse ao fornecimento de moradia transitória, mas que criasse condições espaciais capazes de estimular pertencimento, autonomia e reintegração urbana.

2.3 PROGRAMA DE NECESSIDADES

No campo programático, o Star Apartments também serviu como principal referência para a definição do programa de necessidades da Casa Ponte, por reunir, em uma única edificação, um espectro amplo de ambientes que vai do suporte técnico especializado até a moradia individual plena.

O edifício articula espaços de atendimento técnico, capacitação profissional e saúde, áreas de convivência coletiva e unidades habitacionais compactas, organizados de modo a permitir diferentes graus de privacidade e autonomia dentro da mesma estrutura, sem compartimentar rigidamente essas funções em blocos isolados.

Figura 2: Sala de Atividades Comunitárias, Star Apartments, Los Angeles



Fonte: Archello

Essa lógica de escalonamento programático — do suporte técnico mais intensivo, passando pela convivência coletiva, até a unidade habitacional individual — orientou diretamente a organização vertical e a distribuição espacial do programa de necessidades da Casa Ponte, no qual os pavimentos de embasamento concentram os ambientes de atendimento técnico e convivência aberta à cidade, e os pavimentos superiores abrigam as unidades habitacionais em diferentes níveis de independência, da moradia coletiva à individual.

Entre os aspectos utilizados como referência para a Casa Ponte, destacam-se, portanto, a integração entre habitação e suporte socioassistencial, a valorização dos espaços de convivência coletiva, a setorização programática por níveis de autonomia e a busca por um edifício que se aproxime mais da dinâmica urbana do que de uma estrutura institucionalizada.

3 OBJETIVOS DO PROJETO

A proposta da Casa Ponte partiu da compreensão de que a transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta ocorre, muitas vezes, de forma abrupta e sem suporte adequado para a construção da autonomia. Nesse contexto, o projeto teve como principal objetivo desenvolver um equipamento de habitação assistida voltado ao atendimento de jovens egressos de serviços de acolhimento institucional, atuando como estrutura intermediária entre a institucionalização e a independência plena.

O projeto buscou estruturar a transição para a autonomia por meio de espaços organizados em

níveis progressivos de independência, permitindo que os moradores desenvolvam gradualmente responsabilidades cotidianas, vínculos sociais e maior autonomia sobre sua própria rotina. A proposta compreende a moradia não apenas como abrigo temporário, mas como parte ativa do processo de construção da autonomia.

Outro objetivo fundamental foi integrar habitação e suporte socioassistencial, incorporando ao programa ambientes destinados ao acompanhamento técnico, apoio psicológico, capacitação e desenvolvimento social, alinhados às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A proposta entende que o suporte técnico deve ocorrer de forma integrada à experiência cotidiana dos moradores, fortalecendo o processo de reinserção social.

Além disso, buscou-se promover convivência e construção de vínculos por meio da criação de espaços coletivos voltados à interação, permanência e compartilhamento de experiências. As áreas comuns foram concebidas como instrumentos de fortalecimento das relações sociais, desenvolvimento de rotinas domésticas e estímulo ao senso de comunidade.

A inserção urbana também constituiu um dos principais objetivos da proposta. Implantado no bairro Aterrado, em Volta Redonda, o projeto busca favorecer o acesso à cidade, ao transporte público, aos equipamentos urbanos e às oportunidades de trabalho e educação, compreendendo o pertencimento urbano como elemento essencial para a construção da autonomia.

Outro aspecto considerado foi a qualificação da ambiência residencial, buscando desenvolver espaços com escala doméstica, capazes de promover privacidade, identidade e dignidade, superando a lógica institucional frequentemente presente em abrigos tradicionais. Nesse sentido, a arquitetura foi compreendida como suporte ativo na construção da autonomia e da independência gradual.

Por fim, o projeto buscou desenvolver um modelo arquitetônico replicável, propondo soluções espaciais adaptáveis à realidade de cidades de médio porte e contribuindo para futuras discussões sobre habitação assistida e políticas públicas voltadas a jovens em situação de vulnerabilidade social.

A proposta fundamenta-se, portanto, na compreensão de que "entre o abrigo e a cidade existe uma ponte", entendendo a arquitetura como instrumento de mediação entre proteção social, pertencimento urbano e construção da autonomia.

4 DADOS CENSITÁRIOS E PÚBLICO-ALVO

Apresenta-se uma análise descritiva do público-alvo da Casa Ponte, considerando dados relacionados à vulnerabilidade social, ao acolhimento institucional e às condições de transição para a vida adulta de jovens em situação de desproteção social. A pesquisa concentrou-se na região Sul Fluminense, com ênfase na cidade de Volta Redonda e nos municípios atendidos pela rede socioassistencial regional.

O público-alvo do projeto é composto por jovens entre 18 e 21 anos provenientes de serviços de acolhimento institucional e familiar, bem como jovens em situação de fragilização ou ruptura de

vínculos familiares. Inicialmente, a proposta esteve voltada exclusivamente ao atendimento de adolescentes egressos de abrigos institucionais. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, visitas técnicas, entrevistas com profissionais da assistência social e análises da rede de acolhimento evidenciaram a necessidade de ampliação desse perfil.

A partir das investigações realizadas, compreendeu-se que a vulnerabilidade enfrentada durante a transição para a vida adulta não se restringe aos jovens provenientes de abrigos tradicionais, abrangendo também indivíduos oriundos de casas-lares, famílias acolhedoras e demais modalidades previstas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa forma, a proposta passou a considerar o atendimento de jovens que atingiram a maioria sem rede de apoio estruturada, apresentando dificuldades relacionadas à moradia, inserção profissional, continuidade dos estudos e desenvolvimento da autonomia.

Os dados do Conselho Nacional de Justiça, já apresentados na introdução deste artigo, indicam a existência de mais de 36 mil crianças e adolescentes em acolhimento institucional no Brasil, dos quais 5.427 são adolescentes com mais de 16 anos (CNJ; SNA, 2026). No contexto regional, a análise da rede socioassistencial e dos mapas de vulnerabilidade social evidenciou a ausência de equipamentos específicos voltados à autonomia progressiva de jovens egressos do acolhimento institucional no Sul Fluminense — achado que, como discutido anteriormente, reflete um padrão observado também em outras regiões do país.

A escolha da cidade de Volta Redonda fundamentou-se em sua posição estratégica como polo regional de serviços, educação e mobilidade urbana. Inserido em região central consolidada, o projeto busca ampliar o acesso dos moradores a oportunidades de trabalho, formação profissional e suporte institucional, favorecendo processos de inserção social e construção da autonomia.

Nesse contexto, a Casa Ponte estrutura-se como equipamento de habitação assistida voltado à transição gradual para a vida adulta, articulando moradia temporária, suporte técnico e inserção urbana como instrumentos de fortalecimento da autonomia e reconstrução de vínculos sociais.

5 ESCALA DO PROJETO

A definição da capacidade da Casa Ponte não se baseou exclusivamente na demanda estimada de jovens em situação de vulnerabilidade social, mas principalmente na necessidade de garantir qualidade no acompanhamento técnico e na construção de vínculos. Nesse sentido, optou-se por uma escala intermediária, com capacidade aproximada entre 28 e 30 moradores, adequada à realidade de uma cidade de porte médio como Volta Redonda.

Essa dimensão permite a manutenção de um ambiente com caráter doméstico e não institucional, favorecendo o acompanhamento individualizado e relações mais próximas entre moradores e equipe técnica. Ao mesmo tempo, evita-se a reprodução de modelos de grande escala

frequentemente associados à perda de identidade e à fragilização dos vínculos comunitários — princípio que dialoga, por analogia, com os próprios parâmetros de capacidade reduzida recomendados pelas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009) para equipamentos voltados a crianças e adolescentes, ainda que tais parâmetros não se apliquem diretamente ao público adulto atendido pela Casa Ponte, como já discutido anteriormente.

A proposta compreende que a construção da autonomia depende não apenas da oferta de moradia, mas da qualidade das relações estabelecidas no cotidiano. Dessa forma, o projeto busca equilibrar capacidade de atendimento e qualidade espacial, estruturando um ambiente capaz de favorecer processos individuais de desenvolvimento e autonomia progressiva.

A distribuição vertical do programa organiza não apenas funções, mas também diferentes níveis de independência. Os espaços foram pensados de forma gradual, considerando densidade, privacidade e grau de compartilhamento compatíveis com cada etapa da permanência dos moradores. Assim, mais do que definir quantos jovens o edifício comporta, a proposta investiga quantos vínculos ele é capaz de sustentar.

6 ANÁLISE DO TERRENO E JUSTIFICATIVA DA IMPLANTAÇÃO

O terreno selecionado para a implantação da Casa Ponte está localizado no bairro Aterrado, no município de Volta Redonda, entre a Rua José Fulgêncio de Carvalho Neto e a Rua 15 de Novembro. O lote ocupa posição estratégica de esquina, próximo ao supermercado Nagumo e junto a uma das entradas da tradicional Feira Livre do Aterrado, realizada semanalmente aos sábados.

A escolha do terreno fundamenta-se na compreensão de que a habitação assistida deve inserir-se na dinâmica urbana consolidada, atuando como elemento integrado à cidade e não como estrutura isolada. Implantar o equipamento em área central significa garantir acesso à cidade real, aproximando os moradores de serviços essenciais, oportunidades de trabalho, equipamentos públicos e espaços de convivência urbana.

A localização apresenta ampla oferta de infraestrutura e equipamentos urbanos, contando com proximidade à Prefeitura Municipal de Volta Redonda, instituições de ensino, comércio ativo, bancos, mercados, delegacia e serviços diversos. Essa condição reduz deslocamentos cotidianos e favorece processos de autonomia, uma vez que o acesso facilitado à cidade amplia possibilidades de inserção social, profissional e educacional. Compreende-se, assim, a cidade como ferramenta de autonomia.

Inserido na Zona de Atividade Especial (ZA-X), conforme definido pela Lei Municipal nº [a confirmar]/1977 e pelo Decreto Municipal nº 6.727/1995, o terreno permite maior flexibilidade de usos e ocupação urbana, característica compatível com a proposta da Casa Ponte. O lote possui área total de 2.684,04 m², taxa máxima de ocupação de 70%, correspondente a 1.878,83 m², e coeficiente de aproveitamento igual a 4, permitindo área construída máxima de 10.736,16 m².

Embora a legislação permita elevada densidade construtiva, a proposta adota ocupação

equilibrada, priorizando vazios, áreas de convivência e qualidade ambiental. A implantação busca estabelecer relação harmônica com o entorno urbano, evitando uma presença excessivamente institucionalizada ou segregada.

Em relação às características físicas, o terreno apresenta topografia plana, condição favorável à implantação arquitetônica, à acessibilidade universal e à organização clara dos fluxos internos e externos. O fato de tratar-se de um lote de esquina amplia as possibilidades de ventilação, iluminação natural e permeabilidade visual, além de favorecer estratégias de ativação do térreo e integração com a cidade.

A leitura do entorno construído demonstrou predominância de edificações de média densidade, com alturas variando entre quatro e cinco pavimentos, além da presença pontual de edifícios mais verticalizados. Essa configuração favorece uma verticalização moderada da proposta, permitindo inserção urbana equilibrada e compatível com a paisagem existente. Entende-se, nesse ponto, que dialogar com a cidade torna-se mais potente do que impor-se a ela.

A análise territorial também evidenciou condicionantes críticas importantes para o desenvolvimento do projeto. Entre elas, destaca-se a proximidade com áreas de vulnerabilidade social, especialmente regiões associadas à prostituição e à fragilidade urbana no entorno do chamado Edifício Redondo. Soma-se a isso a baixa presença residencial imediata e a redução da vigilância natural em determinados períodos do dia, fatores que podem impactar a sensação de segurança, pertencimento e permanência cotidiana.

Essas condições, entretanto, não foram entendidas como impeditivos para a implantação, mas como elementos a serem enfrentados pela própria arquitetura. O projeto adota, para isso, estratégias de controle gradual de acessos, qualificação dos espaços de transição entre público e privado, ativação do térreo e fortalecimento da relação entre edifício e cidade.

A proximidade com a Feira Livre do Aterrado também revelou potencial significativo para integração social e economia local. A dinâmica urbana gerada pela feira fortalece o uso ativo do térreo e possibilita a criação de espaços produtivos vinculados ao cotidiano dos moradores. Dessa forma, a proposta prevê ambientes destinados a cafeteria, cozinha-escola e atividades operadas pelos próprios usuários, criando oportunidades de geração de renda, capacitação profissional e aproximação com a comunidade.

Assim, o térreo deixa de funcionar apenas como acesso ao edifício e passa a atuar como espaço de permanência, troca e inserção social. A implantação da Casa Ponte busca, portanto, transformar o terreno em suporte de uma arquitetura capaz de articular cuidado, autonomia e pertencimento urbano, compreendendo a cidade não como cenário, mas como parte ativa do processo de construção da autonomia.

Figura 3: Terreno

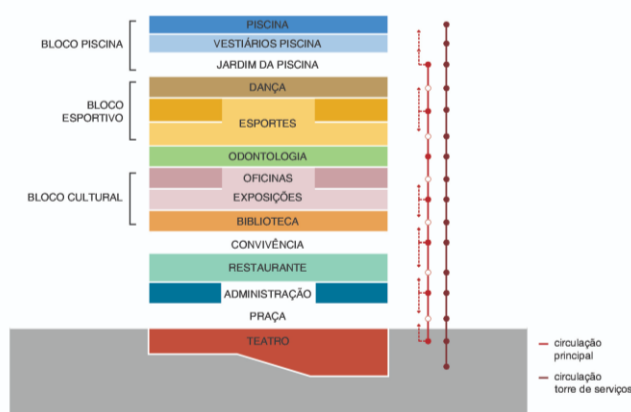


Fonte: Google Earth

7 VISITA DE CAMPO

Projetado pelo escritório MMBB Arquitetos em colaboração com Paulo Mendes da Rocha, o Sesc 24 de Maio destacou-se como importante referência arquitetônica para o desenvolvimento da proposta, especialmente pela forma como articula verticalização, convivência coletiva e integração urbana em um terreno inserido em área central consolidada da cidade de São Paulo.

Figura 4: Diagrama do Projeto



Fonte: ArchDaily Brasil

O edifício ocupa uma antiga estrutura comercial adaptada para receber um programa multifuncional voltado à cultura, esporte, lazer e convivência. Distribuído verticalmente ao longo de

diversos pavimentos, o programa organiza atividades distintas de maneira integrada, sem comprometer a fluidez espacial ou a relação entre os usuários. Essa estratégia mostrou-se relevante para o desenvolvimento da Casa Ponte, considerando a necessidade de concentrar múltiplas funções em um lote urbano limitado e inserido em região central consolidada.

No Sesc 24 de Maio, a verticalização não atua apenas como solução técnica de ocupação do terreno, mas como instrumento de organização social do edifício. Os pavimentos articulam usos complementares por meio de circulações amplas e visualmente conectadas, favorecendo encontros e permanências ao longo do percurso. A análise contribuiu para a compreensão das circulações como espaços ativos de convivência, e não apenas elementos funcionais de deslocamento.

Destaca-se, ainda, a valorização constante dos espaços coletivos: o edifício distribui áreas de permanência em diferentes níveis, criando ambientes destinados ao encontro, descanso e apropriação cotidiana do espaço. Essa característica reforça a compreensão da arquitetura como suporte para a construção de vínculos sociais, aspecto diretamente relacionado aos objetivos da Casa Ponte, que entende a convivência cotidiana como parte fundamental do processo de autonomia progressiva.

Chama atenção também o tratamento do pavimento térreo, concebido como extensão do espaço público e fortemente integrado à dinâmica urbana. A elevada permeabilidade visual e física, associada à ausência de barreiras rígidas, estabelece continuidade entre edifício e cidade, transformando o térreo em espaço de permanência e interação social. Essa estratégia mostrou-se especialmente significativa para a proposta da Casa Ponte, que busca romper com a lógica de isolamento frequentemente associada a equipamentos assistenciais: assim como observado no Sesc 24 de Maio, o projeto compreende o térreo não apenas como acesso ao edifício, mas como espaço ativo de integração urbana e social. A proposta de implantação de ambientes produtivos e abertos ao público, como cafeteria e cozinha-escola operadas pelos moradores, fundamenta-se diretamente nessa compreensão de arquitetura conectada ao cotidiano urbano.

Identificou-se, por fim, o aproveitamento da cobertura como espaço coletivo qualificado: o terraço abriga áreas de lazer e convivência, demonstrando o potencial das coberturas como extensão ativa do programa arquitetônico. Essa solução reforçou o entendimento acerca da importância de áreas coletivas abertas mesmo em edifícios verticalizados, contribuindo para o desenvolvimento de espaços destinados ao convívio e permanência na Casa Ponte.

A análise evidenciou também o aproveitamento eficiente dos níveis inferiores da edificação, utilizados para implantação de parte significativa do programa sem comprometer o espaço livre no térreo. Embora a aplicação direta dessa estratégia dependa de condicionantes técnicas específicas, o estudo ampliou as possibilidades de organização espacial e otimização do lote no desenvolvimento da proposta.

Mais do que uma referência formal, o Sesc 24 de Maio destacou-se pela forma como compreende a arquitetura como elemento indutor de vida urbana, pertencimento e interação social. O

edifício demonstra que programas complexos podem ser organizados verticalmente sem perder qualidade espacial ou vitalidade coletiva, consolidando-se como importante referência conceitual para a Casa Ponte.

A análise contribuiu, portanto, para a definição de diretrizes fundamentais do projeto, especialmente no que se refere à organização vertical do programa, valorização dos espaços compartilhados, ativação do térreo e integração entre arquitetura e cidade.

8 ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas ao longo da pesquisa tiveram como objetivo aprofundar a compreensão acerca da realidade do acolhimento institucional e dos desafios relacionados à transição para a vida adulta de jovens em situação de vulnerabilidade social. Partiu-se do entendimento de que a elaboração de um projeto voltado ao cuidado exige aproximação com experiências concretas e escuta qualificada de profissionais atuantes na rede socioassistencial.

As contribuições obtidas permitiram articular perspectivas institucionais, técnicas e vivenciais, ampliando a compreensão sobre demandas relacionadas à moradia, autonomia, convivência e suporte psicossocial. Mais do que complementar a fundamentação teórica, as entrevistas contribuíram diretamente para a definição das diretrizes projetuais da proposta, aproximando o estudo da realidade cotidiana dos serviços de acolhimento.

Com Bruninho Nicolau — conselheiro tutelar em Volta Redonda e atuante na Fundação Beatriz Gama —, a entrevista possibilitou compreender os desafios enfrentados por jovens durante o processo de desligamento institucional. A partir de sua atuação na rede de proteção e de sua vivência relacionada ao acolhimento institucional, foram identificadas dificuldades associadas à ausência de suporte estruturado no momento de transição para a vida independente. O relato evidenciou que o desligamento aos 18 anos frequentemente ocorre de maneira abrupta, sem que os jovens tenham construído condições efetivas de autonomia financeira, emocional ou habitacional. Também foram apresentadas iniciativas, materiais e diretrizes voltadas ao acompanhamento de jovens egressos, demonstrando a existência de movimentos nacionais que buscam qualificar essa etapa da política socioassistencial. A contribuição reforçou a importância da criação de estruturas intermediárias capazes de promover autonomia gradual, articuladas com políticas públicas e redes de apoio.

Já a entrevista com Eugênia Castro — psicóloga da equipe técnica do Abrigo São Geraldo, em Volta Redonda — permitiu contato direto com a dinâmica cotidiana de um serviço de acolhimento voltado para adolescentes. A observação do funcionamento institucional, da relação entre os jovens e da atuação da equipe técnica contribuiu para uma compreensão mais concreta das demandas espaciais e operacionais desses equipamentos. Destacou-se, nessa ocasião, a inadequação física de grande parte das estruturas existentes, frequentemente instaladas em residências adaptadas e não planejadas originalmente para a função socioassistencial. Também foram discutidas diretrizes

normativas relacionadas à organização dos serviços, evidenciando diferenças entre os parâmetros técnicos previstos e as condições efetivamente encontradas. No âmbito do atendimento, a transição para a maioridade foi apontada como momento crítico, marcado pela ruptura dos vínculos institucionais e pela fragilidade do suporte oferecido aos jovens após o desligamento. A partir dessa escuta, ampliou-se a compreensão do público-alvo da pesquisa, passando a considerar não apenas egressos do acolhimento institucional, mas também jovens em situação de vulnerabilidade decorrente da fragilização de vínculos familiares.

Por fim, a contribuição de Simone Aparecida Silva — assistente social na Casa da Criança e do Adolescente, em Volta Redonda — auxiliou na definição preliminar da estrutura técnica necessária ao funcionamento do equipamento proposto. Segundo a profissional, o atendimento a jovens em processo de autonomia demanda acompanhamento contínuo e individualizado, realizado por equipe multidisciplinar composta, minimamente, por assistente social, psicólogo e educador social. Destacou-se que o processo de construção da autonomia envolve múltiplas dimensões, incluindo inserção no mercado de trabalho, continuidade dos estudos, organização da vida financeira e fortalecimento de vínculos sociais, ressaltando-se a importância da articulação entre o equipamento habitacional e a rede socioassistencial para garantir acompanhamento gradual durante a transição para a vida adulta independente.

9 QUESTIONÁRIO

Como instrumento complementar de investigação, foi aplicado um questionário online a uma amostra de conveniência de 49 participantes, divulgado por meio de grupos de WhatsApp e aplicado via Google Forms em março de 2026. A amostra não se restringiu a egressos do acolhimento institucional, abrangendo jovens adultos de diferentes contextos familiares — dos que foram institucionalizados aos que cresceram em lares estáveis com rede de apoio consolidada. Essa escolha metodológica partiu do entendimento de que todo adolescente que atinge a maioridade enfrenta desafios e dilemas próprios dessa transição, ainda que em graus distintos, e que compreender esse espectro mais amplo de experiências — sem reduzir os jovens egressos do acolhimento à condição de vítimas — permite dimensionar com mais precisão o peso adicional da ausência de rede de apoio.

Os resultados evidenciaram que apenas 6,1% dos participantes afirmaram sentir-se preparados para a vida adulta ao completarem 18 anos, enquanto 38,8% relataram sentir-se parcialmente preparados e 55,1% afirmaram não se sentir preparados para essa transição. Os dados demonstraram recorrência de inseguranças relacionadas à independência financeira, escolha profissional e organização da vida adulta — inseguranças presentes inclusive entre os participantes com forte suporte familiar, como relatado por uma respondente que descreveu ter precisado "vencer a insegurança de entrar no mercado de trabalho" por falta de cursos profissionalizantes, contornada apenas por uma oportunidade pessoal de emprego.

Em relação à rede de apoio, 67,3% dos participantes afirmaram possuir forte suporte familiar, enquanto 22,4% relataram apoio limitado e 10,2% afirmaram não possuir suporte significativo. Ainda assim, mesmo entre os que reportaram contextos mais estruturados, observaram-se dificuldades relacionadas à tomada de decisões e à construção da autonomia — a exemplo de relatos sobre a dificuldade de "lidar com as instabilidades que a maioria carrega", entre elas contas e a ausência de renda fixa. Esse dado é relevante justamente por evidenciar que, se mesmo jovens com forte suporte familiar relatam insegurança nessa transição, a ausência completa desse suporte — como ocorre no desligamento institucional — tende a agravar substancialmente esse cenário.

Os dados também apontaram questões relacionadas à moradia durante a entrada na vida adulta. Entre os participantes, 16,3% afirmaram já ter enfrentado dificuldades habitacionais nesse período, enquanto 83,7% não relataram esse tipo de problema. Ainda que a maioria não tenha enfrentado dificuldade habitacional propriamente dita, relatos como o de uma participante que descreveu a mudança para estudar em uma cidade desconhecida — e a falta de "um lugar de conforto que trouxesse segurança" mesmo já morando em imóvel alugado — sugerem que a insegurança habitacional nessa fase não se limita à ausência de teto, envolvendo também a perda do sentido de pertencimento ao lar.

Quando questionados se um espaço de moradia temporária com apoio psicológico, profissional e social ajudaria nessa fase, 81,6% dos participantes responderam que sim, de forma significativa, e 16,3% consideraram que ajudaria parcialmente — apenas 2% não souberam opinar.

Um dos aspectos mais recorrentes observados nas respostas foi o arrependimento relacionado às escolhas profissionais e educacionais realizadas ao atingir a maioridade. Muitos participantes relataram ausência de orientação adequada para tomada de decisões relacionadas à carreira, formação acadêmica e planejamento de futuro. Esse dado evidenciou que a demanda identificada ultrapassa a necessidade de moradia temporária, indicando também a importância de suporte voltado à construção de trajetórias pessoais e profissionais.

A análise dos resultados reforçou que a transição para a vida adulta não se resume à garantia de abrigo, mas exige suporte contínuo para o desenvolvimento da autonomia. Como resposta às demandas identificadas, o projeto incorpora, além da moradia temporária, espaços destinados à formação, orientação vocacional, apoio psicológico e articulação com oportunidades de trabalho e educação, buscando promover uma transição mais estruturada, gradual e segura.

Limitação metodológica: por tratar-se de amostra de conveniência (N=49) aplicada por divulgação em grupos de WhatsApp — método sujeito a viés de rede social da pesquisadora — e voltada à população em geral, e não especificamente a egressos do acolhimento institucional, os resultados devem ser interpretados como parâmetro comparativo e ilustrativo, e não como dado estatisticamente representativo da realidade desse público. A compreensão específica dos jovens egressos do acolhimento baseia-se, sobretudo, nas entrevistas com profissionais da rede

socioassistencial e na literatura especializada.

10 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades da Casa Ponte foi estruturado a partir da articulação entre parâmetros gerais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) — tomados por analogia, e não como normativa vinculante, conforme já discutido —, as análises de referências projetuais, as entrevistas realizadas com profissionais da rede socioassistencial e a compreensão do perfil dos usuários identificados ao longo da pesquisa.

A proposta organiza-se como um equipamento de habitação assistida voltado à autonomia progressiva, no qual os espaços são distribuídos de forma a acompanhar o processo de transição para a vida adulta. O programa foi concebido, assim, a partir de diferentes níveis de uso, permanência e privacidade, estabelecendo relação gradual entre cidade, espaços coletivos e moradia.

A organização espacial parte de áreas abertas ao público e integradas à dinâmica urbana, localizadas no pavimento térreo, avançando progressivamente para ambientes de convivência interna, suporte técnico e unidades habitacionais nos pavimentos superiores. Essa estratégia busca romper com a lógica de isolamento frequentemente associada a equipamentos assistenciais, promovendo maior integração entre os moradores e a cidade.

O térreo foi concebido como espaço ativo de inserção urbana e social, concentrando usos coletivos e produtivos voltados tanto aos moradores quanto à comunidade externa. Entre os ambientes previstos destacam-se cafeteria, cozinha-escola, áreas de convivência, espaços de apoio e ambientes destinados à formação e capacitação. Além de contribuir para a ativação urbana do edifício, esses espaços atuam como instrumentos de geração de experiência profissional, desenvolvimento de autonomia e fortalecimento de vínculos sociais.

Os pavimentos intermediários concentram parte dos espaços coletivos internos e áreas destinadas ao acompanhamento técnico, incluindo salas de atendimento psicológico e assistência social, ambientes administrativos e espaços voltados ao suporte educacional e profissional dos moradores. A presença desses setores reforça a compreensão da habitação assistida como estrutura integrada entre moradia e acompanhamento socioassistencial contínuo.

As unidades habitacionais foram organizadas de modo a atender diferentes níveis de independência, contemplando desde quartos compartilhados até unidades individuais. Essa configuração busca acompanhar o desenvolvimento gradual da autonomia dos moradores, permitindo que a apropriação dos espaços aconteça de forma progressiva e compatível com o processo de transição para a vida adulta.

A proposta incorpora, ainda, áreas coletivas de permanência distribuídas ao longo da edificação, entendendo os espaços de convivência como parte fundamental da construção de vínculos e do desenvolvimento social dos usuários. Cozinhas compartilhadas, lavanderias coletivas, salas de

convivência e áreas abertas foram inseridas no programa como estratégias de incentivo à interação cotidiana e ao fortalecimento da vida comunitária.

O dimensionamento preliminar foi desenvolvido considerando capacidade aproximada para atendimento entre 28 a 30 jovens, número definido a partir da análise da demanda regional e da necessidade de manutenção de escala compatível com acompanhamento individualizado e ambiente residencial acolhedor. A proposta busca evitar características excessivamente institucionais, priorizando a criação de espaços mais próximos da escala doméstica e da experiência cotidiana da moradia.

Dessa forma, o programa de necessidades deixa de atuar apenas como organização funcional do edifício e passa a constituir instrumento ativo no processo de construção da autonomia. A distribuição espacial proposta compreende a arquitetura como suporte para o desenvolvimento gradual da independência, articulando moradia, convivência, capacitação e inserção urbana em um mesmo equipamento socioassistencial.

Tabela 1 — Programa de Necessidades

Setor	Ambiente / Usa	Área Estimada (m ²)		Observações
Embasamento Público	Recepção/ Controle	25	m ²	Espaço de transição com controle visual e
	Espaço de Espera	20	m ²	Ambiente aberto e confortável.
	Sala de Triagem	24	m ²	Espaço reservado para escuta inicial.
	Cafeteria	60	m ²	Espaço ativo voltado para convivência urbana e geração de renda.
	Loja/Oficina	40	m ²	Ambiente destinado à capacitação e comercialização de produtos.
	Administração Básica	20	m ²	Núcleo operacional
	Circulação	30	m ²	Espaço fluido e permeável
2º Pavimento Socioassistencial	Atendimento Psicológico	24	m ²	Ambiente reservado e silencioso.
	Atendimento Social	24	m ²	Espaço técnico para orientação socioassistencial
	Sala Pedagógica	40	m ²	Ambiente voltado ao apoio educacional e desenvolvimento acadêmico.
	Sala Informática	35	m ²	Espaço de inclusão digital e apoio à capacitação profissional.
	Sala Oficinas	50	m ²	Ambiente multifuncional

	Sala de Reunião	20	m ²	Espaço de articulação técnica e acompanhamento coletivo dos usuários.
	Coordenação Técnica	20	m ²	Ambiente administrativo destinado à gestão técnica e operacional do serviço.
	Copa	10	m ²	Espaço de apoio funcional para equipe técnica e funcionários.
	Sanitários	20	m ²	Sanitários de apoio ao setor socioassistencial
	Circulação	60	m ²	Área de distribuição interna e integração setorial.
Moradia Coletiva (República - 18 Jovens)	Quartos (2-3 pessoas)	106	m ²	Ambientes compartilhados organizados em escala doméstica e convivência reduzida.
	Banheiros Coletivos	30	m ²	Espaços compartilhados distribuídos entre os núcleos habitacionais.
	Cozinha Coletiva	30	m ²	Ambiente de uso comunitário voltado ao estímulo da autonomia cotidiana.
	Sala de Estar	35	m ²	Espaço de convivência informal destinado à socialização e permanência coletiva.
	Sala de Estudos	25	m ²	Ambiente silencioso destinado ao estudo individual e atividades educacionais.
	Lavanderia	15	m ²	Espaço funcional de apoio às atividades domésticas compartilhadas.
	Circulação	70	m ²	Circulações amplas e humanizadas, favorecendo encontros e integração social.
Moradia Individual (Estúdios - 10 a 12 unidades)	Estúdios Habitacionais	336	m ²	Unidades compactas e independentes voltadas à transição para autonomia plena.
	Circulação	90	m ²	Espaços de acesso com caráter residencial e menor intensidade de permanência.
	Lavanderia Compartilhada	20	m ²	Ambiente coletivo de apoio, promovendo praticidade e uso compartilhado.

Fonte: Elaborada pela autora.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa Ponte surge como resposta à ausência de estruturas intermediárias voltadas ao acompanhamento de jovens em processo de transição para a vida adulta, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e fragilização de vínculos familiares. A pesquisa evidenciou que o desligamento institucional aos 18 anos frequentemente ocorre de forma abrupta, sem suporte adequado para construção da autonomia, inserção profissional e continuidade dos vínculos sociais.

Ao longo do desenvolvimento do estudo, compreendeu-se que a problemática abordada ultrapassa a necessidade de moradia temporária, envolvendo também questões relacionadas ao pertencimento, ao cuidado e à construção de perspectivas de futuro. Nesse contexto, a arquitetura foi

entendida não apenas como abrigo físico, mas como instrumento ativo de suporte, acolhimento e construção da autonomia.

A proposta desenvolvida buscou articular habitação assistida, suporte socioassistencial e integração urbana por meio de um equipamento estruturado a partir do conceito de autonomia progressiva. A organização espacial, os ambientes coletivos e a relação com a cidade foram concebidos como parte fundamental do processo de reconstrução de vínculos e desenvolvimento da independência dos moradores.

Embora concebida a partir da realidade do Sul Fluminense, a pesquisa evidenciou que a lacuna enfrentada por essa proposta não se limita ao contexto regional, refletindo uma ausência de âmbito nacional de políticas públicas habitacionais voltadas à transição pós-acolhimento. Nesse sentido, a Casa Ponte não se pretende como solução isolada, mas como modelo territorial replicável, capaz de subsidiar futuras aplicações em outros municípios brasileiros que enfrentam a mesma carência.

Conclui-se que a Casa Ponte vai além da elaboração de um equipamento assistencial, configurando-se como reflexão sobre o papel da arquitetura diante das vulnerabilidades urbanas e sociais contemporâneas. O projeto propõe uma nova compreensão do acolhimento, baseada não apenas na permanência temporária, mas na criação de condições concretas para que jovens possam construir trajetórias mais seguras, autônomas e integradas à vida urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. NBR 6492:2020 — Representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ABNT. NBR 9050:2020 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ABNT. NBR 9077 — Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT.

ABNT. NBR 15575 — Edificações habitacionais — Desempenho. Rio de Janeiro: ABNT.

ARCHDAILY BRASIL. Sesc 24 de Maio / MMBB Arquitetos + Paulo Mendes da Rocha.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Manual de orientações de projetos arquitetônicos para equipamentos do SUAS. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS). Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA). Brasília, DF. Disponível em: MDS – Orientações Técnicas para

Elaboração do PIA. Acesso em: março 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei n. 1.118, de 2022. Institui a política de atendimento ao jovem desligado de instituições de acolhimento destinadas a crianças e adolescentes. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF, 2009.

CARDOSO, Suliane da Silva. O processo de desligamento institucional e suas problemáticas. In: II Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS, p. 71-81.

CASTRO, Eugênia. Psicóloga da equipe técnica do Abrigo São Geraldo, Volta Redonda. Entrevista concedida a Ludmila Machado da Silva. Volta Redonda, abril de 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA): painel de acompanhamento. Brasília, DF. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall> Acesso em: jul. 2026.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Portal institucional. Disponível em: [URL a confirmar]. Acesso em: março 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: março 2026.

MICHAEL MALTZAN ARCHITECTURE. Star Apartments. Disponível em: <https://www.mmaltzan.com/projects/star-apartments/>. Acesso em: março 2026.

NICOLAU, Bruninho. Conselheiro Tutelar em Volta Redonda; atuante na Fundação Beatriz Gama. Entrevista concedida a Ludmila Machado da Silva. Volta Redonda, abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. Decreto nº 6.727 — Regulamentação urbanística do Aterrado. Volta Redonda, RJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. Lei Municipal nº 1.412 — Uso e ocupação do solo. Volta Redonda, RJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. Plano Diretor Participativo. Volta Redonda, RJ.

ROCHA, Ana Carolina Tavares da; ESTEVES, Mayra Romeiro; GALONI, Luana. Projetos de autonomia com adolescentes em desligamento institucional por maioria: uma revisão integrativa da literatura nacional. Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 399-410, mai./ago. 2024.

SILVA, Simone Aparecida. Assistente Social na Casa da Criança e do Adolescente, Volta Redonda.

Entrevista concedida a Ludmila Machado da Silva. Volta Redonda, abril de 2026.

THE PLAN. Interview with Michael Maltzan for the Star Apartments Project. Disponível em: https://www.theplan.it/eng/whats_on/zumtobel-group-then-and-now-interview-with-michael-maltzan-for-the-star-apartments-project. Acesso em: março 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Habitação de interesse social e arquitetura assistencial. Dissertação acadêmica.

VCENTIN, Ana Gabriela; OLIVEIRA, Ester Geovanini de; SILVA, Lucirlei Lopes de Moraes e; UINTANA, Silmara. A adolescência e o desligamento do serviço de acolhimento institucional. Revista Gestão em Foco, n. 12, p. 111-126, 2020.